



ESTUDOS
UNIVERSITÁRIOS

Revista de Cultura



PROEXT
PRÓ-REITORIA
DE EXTENSÃO

Estudo

Texto recebido em: 12 mar. 2024. Aprovado em: 3 set. 2024.

JUK, Joelson; DIAS, Igor de Barros Ferreira. A questão alimentar no contexto da acumulação-expansão do capital e as contribuições de Florestan Fernandes para o regime alimentar brasileiro: análise teórico-metodológica. *Estudos Universitários: revista de cultura*, UFPE/Proext, Recife, v. 41, n. 1, p. 1-47, jan./dez. 2024.

<https://doi.org/10.51359/2675-7354.2024.262058>

ISSN Edição Digital: 2675-7354



Esta obra está licenciada com uma [Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

A questão alimentar no contexto da acumulação-expansão do capital e as contribuições de Florestan Fernandes para o regime alimentar brasileiro: uma análise teórico-metodológica

The food issue in the context of capital accumulation-expansion and Florestan Fernandes' contributions to the Brazilian food regime: a theoretical-methodological analysis

Joelson Juk

Instituto Federal do Paraná (IFPR)

Doutor em Educação

E-mail: joelsonjuk167@gmail.com

 <https://orcid.org/0000-0001-8616-9058>

 <http://lattes.cnpq.br/4522162327718893>

Igor de Barros Ferreira Dias

Instituto Federal do Paraná (IFPR)

Mestre em Geografia

E-mail: igor.dias@ifpr.edu.br

 <https://orcid.org/0009-0009-8808-9866>

 <http://lattes.cnpq.br/1989902777464397>

Resumo

Este estudo visa investigar o processo de acumulação-expansão do capital em uma perspectiva nacional e global, correlacionado com a economia rural em uma perspectiva marxista de análise. As bases teóricas de Fernandes, Lênin, Goldfarb, Marx e Santos aproximam este objetivo geral dos específicos, sendo estes: 1) considerar a evolução do modo de acumulação de capital; 2) examinar o processo de concentração de capital e sua dinâmica no campo alimentar; 3) confrontar a Teoria da Dependência de Fernandes com a questão alimentar brasileira; e, por fim, 4) expor um breve quadro do consumo alimentar e da renda dos trabalhadores no Brasil. Com esta pesquisa crítica, espera-se o avanço do conhecimento acadêmico-científico no exame da relação entre a acumulação-expansão do capital e a questão da segurança alimentar, defendendo-se esta última como direito básico de cidadania e de demarcação da soberania nacional.

Palavras-chave: questão alimentar. capital. Florestan Fernandes. Brasil.

Abstract

This study aims to investigate the process of capital accumulation-expansion from a national and global

perspective, correlated with the rural economy from a Marxist perspective of analysis. The theoretical bases of Fernandes, Lenin, Goldfarb, Marx and Santos bring this general objective closer to the specific ones: 1) to consider the evolution of the mode of capital accumulation; 2) to examine the process of capital concentration and its dynamics in the food field; 3) to confront Fernandes' Dependency Theory with the Brazilian food issue; and, at last, 4) to present a brief picture of food consumption and workers' income in Brazil. With this critical research, we hope to advance the academic-scientific knowledge in the examination of the relationship between the accumulation-expansion of capital and the issue of food security, defending the latter as a basic right of citizenship and demarcation of national sovereignty.

Keywords: food issue. capital. Florestan Fernandes. Brazil.

INTRODUÇÃO

O objetivo deste estudo teórico-metodológico consiste em analisar o processo de acumulação-expansão do capital em uma perspectiva nacional e global, tendo como telos sua relação com a economia rural. Para isso, primeiramente será empregada a literatura marxista para abordar, de forma mais geral, o desenvolvimento do modo de acumulação do capital a nível mundial. Em um segundo momento, será tratado o processo de concentração de capital e sua dinâmica no campo alimentar, sob os referenciais teóricos da obra de Lênin (1985) e da contribuição de Goldfarb (2012), assim como será discutido o fenômeno dos monopólios e da financeirização no contexto histórico mundial e no campo alimentar brasileiro. No terceiro momento, referente às contribuições de Florestan Fernandes (1968) para a questão alimentar brasileira, será analisada a Teoria da Dependência nas obras desse autor, buscando-se os elementos da formação social brasileira e sua consequência para o espaço alimentar. Por fim, será feito um panorama crítico sobre o quadro do consumo alimentar e a renda dos trabalhadores no Brasil para demarcarmos a realidade concreta por meio das teorias estudadas.

Em nosso país de dimensões continentais, com uma população superior a 203 milhões de habitantes (IBGE, 2022) e com a nona maior economia do mundo em 2023 (Máximo, 2023), precisamos compreender teórica e metodologicamente a questão social atinente à fome e à malfazeja nutrição que atingem, diretamente, as classes sociais sujeitas à vulnerabilidade socioeconômica em regiões rurais e urbanas com baixo índice de

infraestrutura. Assim, a nossa preocupação acadêmica vai para além do estudo sobre a falta de acesso a alimentos suficientes e necessários às pessoas, debruçando-se nas causas da contradição concreta existente no Brasil, país laureado como um dos maiores produtores mundiais de alimentos, “terra onde tudo que se planta dá”, na expressão consagrada desde os tempos coloniais. Vislumbramos a segurança alimentar ultrapassar as fronteiras do direito básico de sobrevivência para, em última instância, tornar-se um indicador inequívoco de cidadania, por meio do atendimento das necessidades nutricionais elementares ao desenvolvimento biopsicossocial da população brasileira.

O PROCESSO DE ACUMULAÇÃO-EXPANSÃO DO CAPITAL A NÍVEL GLOBAL

O desenvolvimento da produção e reprodução do capital sempre foi dinâmico e contraditório, acompanhado de crises e saltos qualiquantitativos para a continuidade da acumulação e expansão, surgindo, dentro de cada resposta dada para a superação das crises, os elementos para as próximas contradições e sucessivas crises. Passamos por mais de dois séculos do que Karl Marx, no capítulo 24 do livro *O Capital – A assim chamada acumulação primitiva* (2013), denominou de acumulação primitiva, correspondente a todo o período de rapinagem, genocídio e superexploração das riquezas e das populações originárias realizado pelas coroas europeias nos continentes americano, africano e asiático. Assim, esse período de acumulação gerou um inventário de riqueza e um fluxo de mercadorias suficientes para o surgimento do processo de industrialização, tendo como

ápice a primeira Revolução Industrial, no século XVIII. Após esse processo histórico, desenvolveu-se, principalmente na Inglaterra, uma economia denominada de capitalismo concorrencial, alicerce para o desenvolvimento das teorias do liberalismo, caracterizadas por uma diversidade de indústrias que competem entre si para desenvolver mercadorias em maior número e menor preço. Esse processo é caracterizado dentro da Europa até meados do século XIX, quando se inicia a fusão dos capitais industrial e bancário, gerando o capital financeiro. Essa fusão é acompanhada do processo de consolidação de grandes conglomerados industriais, fruto do processo da livre concorrência e da incessante acumulação-expansão do capital, que, por sua vez, acarretam ou falências ou fusões monopolistas.

Assim sendo, observamos a etapa da hegemonia dos monopólios em escala global, já apontado por Marx (2013), na obra supracitada, como tendência geral, também classificada por Lênin na primeira edição de sua obra *Imperialismo, etapa superior do capitalismo* em 1916. Em síntese, a fusão do capital bancário com o capital industrial acelerou a formação dos monopólios, gerando, assim, uma reorganização da forma e do conteúdo na esfera do poder político: o Estado passou a se atualizar diante das mudanças dos modos de acumulação do capital. Os resultados das nações capitalistas centrais defenderem os interesses dos seus monopólios nacionais foram o acontecimento da Primeira e da Segunda Guerra Mundial (Santos, 1997; 2008; 2012). Com a Guerra Fria, houve uma amenização das tensões entre as nações capitalistas, com o surgimento de discursos, no Ocidente, sobre a ameaça comunista (União Soviética — URSS) à

unidade estabelecida entre as potências capitalistas (Estados Unidos da América — EUA). Em sentido semelhante, foi o surgimento do armamento nuclear que causou certo “empate técnico” entre as grandes nações, com o estabelecimento do armistício forçado durante algumas décadas da Guerra Fria: esse empate evitava uma entropia bélica, ou seja, um desequilíbrio acentuado de poder entre os Estados Unidos e a União Soviética, tendendo à desordem diplomática e ao conflito armado. Conforme o espaço global do capital consolidou-se, com o fim do bloco soviético, na década de 1990, houve a solidificação da China na economia globalizada. Isso exigiu do mercado e, conseqüentemente, do espaço, uma fluidez cada vez mais rápida e volumosa, como melhores fluxos de capitais, de pessoas, de serviços e de informações. Nesse debate, Milton Santos alerta que “[...] o movimento não significa forçosamente dispersão, e os capitais financeiros, que são em parte móveis, nem por isso são menos concentrados” (Santos, 1997, p. 15). O capital financeiro concentrado, nesse sentido, é o que concretamente torna-se um gerador ou promotor das desigualdades sociais e do crescimento econômico sustentado.

Para os países subdesenvolvidos, o resultado é claro: produção sem relação com as necessidades reais; exportações e importações nocivas à economia nacional; superutilização dos recursos sociais em homens e em matérias-primas, em benefício das grandes firmas mundiais; subutilização da força de trabalho e dos recursos efetivamente

indispensáveis à sobrevivência (Santos, 1997, p. 13).

Nas nações subdesenvolvidas, os lugares são espaços funcionais para os epicentros da hierarquia global, causando uma radical alienação do espaço da humanidade. Milton Santos propõe o espaço humano enquanto ambição metodológica e o espaço social como uma unidade de Forma, Estrutura e Função, no qual “[...] formas de idades diferentes com finalidades e funções múltiplas são organizadas e dispostas de múltiplas maneiras. Cada movimento da sociedade lhe atribui um novo papel” (Santos, 2012, p. 41). Em *Espaço e Método*, Santos sintetiza a relação economia-espaço e seus conceitos:

A economia *está* no espaço, assim como o espaço *está* na economia. O mesmo se dá com o político-institucional e com o cultural-ideológico. Isso quer dizer que a essência do espaço é social. Nesse caso, o espaço não pode ser apenas formado pelas coisas, os objetos geográficos, naturais e artificiais, cujo conjunto nos dá a Natureza. O espaço é tudo isso, mais a sociedade: cada fração da natureza abriga uma fração da sociedade atual. [...] Na verdade, sem as formas, a sociedade, através das funções e processos, não se realizaria. Daí por que o espaço contém as demais instâncias. Ele *está*, também, contido nelas, na medida em que processos específicos *incluem* o espaço, seja o processo econômico,

seja o processo institucional, seja o processo ideológico. [...] O movimento dialético entre forma e conteúdo, a que o espaço, soma dos dois, preside, é, igualmente, o movimento dialético do todo social, apreendido na e através da realidade geográfica. Cada localização é, pois, um momento do imenso movimento do mundo, apreendido em um ponto geográfico, um lugar (Santos, 2008, p. 12-13).

Sob essa base teórico-conceitual de espaço, entendendo a relação entre trabalho e demanda como base da produção e/ou reprodução da dinâmica do espaço da humanidade, desdobram-se as análises sobre a produção espacial de mercadoria, em específico, a mercadoria “alimento”. Precisamos aqui ressaltar como isso ocorre: o processo de desenvolvimento dos diferentes modos de acumulação de capital e sua relação com o espaço segue seu curso com o aprofundamento da insegurança alimentar através do capital financeiro, articulando-se em conglomerados produtivos acompanhados do aumento da concentração de renda a nível global, os quais ditam os dilemas da atualidade e utilizam como estratégia de reprodução e sobrevivência o ordenamento do espaço urbano e rural. Por exemplo, foi durante o século XX que os Estados imperialistas, defendendo seus monopólios e em busca da expansão de mercados, geraram as já mencionadas duas guerras mundiais, que, somadas, deixaram mais de 100 milhões de mortos. As consequências do pós-guerra foram muitas, sendo algumas delas: a criação da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura

(FAO/ONU); a Carta dos Direitos Humanos; o abandono das premissas liberais; e a atuação decisiva do Estado na regulamentação da economia e da sociedade como um todo (fato este que já havia se iniciado após a crise de 1929).

Esse momento de afirmação do Estado como ferramenta de desenvolvimento socioeconômico adotado pelos países ocidentais do bloco capitalista, especialmente o central, foi denominado como regime de acumulação fordista (Netto; Braz, 2012). Esse regime caracterizou-se pela valorização da renda dos trabalhadores, aumento dos direitos trabalhistas, políticas sociais compensatórias e regulamentação da economia. Essas políticas visavam à reconstrução da economia interna dos países arrasados pelas guerras e o impedimento do avanço comunista nas bases trabalhistas. O *Welfare State* ou Estado de Bem-Estar Social predominou entre 1940 e 1960 nos países de capitalismo central, como Alemanha, Áustria, Inglaterra e Suécia, até que, no início da década de 1970, iniciou-se um novo momento no modelo de acumulação do capital, marcadamente regido pelo capital financeiro especulativo. Atualmente, vemos os resultados econômicos desfavoráveis desse modelo sobre as camadas desprotegidas socioeconomicamente nos países de capitalismo periférico, como Índia, África do Sul, Argentina, México e Brasil, assistindo ao declínio sistemático (principalmente pós-crise financeira de 2008) dos indicadores sociais, como o aumento da pobreza, a piora do quadro alimentar, a precarização do mundo do trabalho e o aumento do subemprego e desemprego. No Brasil, o trabalho informal atingiu mais de 40% dos

trabalhadores, estando 12,5 milhões de pessoas desempregadas (Loschi, 2020). Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (IBGE, 2018b), nunca houve uma concentração de renda tão alta, na qual 1% da população brasileira de maior renda atingiu 33,8 vezes o da parcela com menor rendimento, o que significa que 5 bilionários brasileiros possuem sua riqueza equivalente àquela que metade dos brasileiros possuem juntos. Esse dado se sobressai, pois, no Brasil, mais de 65 milhões de pessoas estão abaixo da linha da pobreza e 60% dos trabalhadores possuem uma renda média inferior a um salário mínimo (IBGE, 2024). Essa tendência se afirma em nível global. Segundo a ONG Oxfam, em 2017, 1% da população mundial ficou com 82% de toda a riqueza global, surgindo um bilionário a cada dois dias. Com a pandemia da Covid-19, esses números só se aprofundaram. Como resultado, houve um nível recorde de endividamento das famílias e dos Estados nacionais, tornando a hegemonia do capital financeiro praticamente absoluta (CEPAL, 2024).

Nesse contexto, os espaços urbano e rural são geridos pela lógica do mercado financeiro, aprofundando a perda do controle social sobre o rumo da produção e reprodução da vida. Cabe somente aos territórios, por intermédio do Estado Nacional, se tornarem os mais atraentes possíveis, com qualidade em suas infra e macroestruturas para atrair o capital financeiro e moldarem-se às suas demandas e dinâmicas. Nessa lógica de acumulação capitalista, o efeito prático geralmente é a inviabilização do desenvolvimento calcado na soberania nacional em detrimento das diretrizes do mercado ultraliberal (Estado Mínimo), ou seja, proibir o maior

investidor da sociedade, o Estado, de investir, e ao mesmo tempo cortar os gastos sociais radicalmente para fazer a economia decolar com eficiência e eficácia financeira. Sendo assim, qualquer reforma que busque, por exemplo, diminuir as desigualdades e garantir os Direitos Humanos à moradia e à alimentação está barrada. A grosso modo, dentro da problemática da soberania dos povos diante dos avanços do capital na contemporaneidade, a questão urbana, rural e, mais especificamente, o direito à cidade com alimentação adequada são problemáticas estratégicas para a superação do estado das coisas tal como elas se encontram. A seguir, trataremos do processo de concentração do capital e sua dinâmica no campo alimentar, considerando os referenciais teóricos da obra de Lênin (1985) e da contribuição de Goldfarb (2012).

CONCENTRAÇÃO DE CAPITAL E SUA DINÂMICA NO CAMPO ALIMENTAR

Para entendermos o mundo contemporâneo e seus reflexos no campo alimentar, torna-se inevitável passarmos pela análise dos monopólios econômicos. Para isso, a clássica obra de Lênin, *Imperialismo: fase superior do capitalismo*, será aqui colocada e articulada com o artigo da professora Yamila Goldfarb, que examina o campo alimentar no Brasil. Analisando historicamente o processo de concentração do capital, constata-se que o aumento da industrialização está associado à concentração da produção, agrupando-se ela em monopólios. Esse fenômeno ocorreu em todas as etapas do processo produtivo, mas teve ênfase na determinante etapa da produção da mercadoria. Tendo o grande capital a característica de ser muito mais produtivo devido ao

grande volume de capital constante, além de ser mais estável nos períodos de crise econômica, decorre daí a subordinação do conjunto das pequenas e médias empresas ao rebaixamento médio do valor unitário da mercadoria. É por isso, por exemplo, que a crise industrial de 1870 deu início à era dos cartéis, aos quais Lênin (1985) assenta sua crítica e que apresentam uma verdadeira ascensão meteórica no século XX, substituindo o período, findo na década de 1860, no qual imperava a livre concorrência das economias capitalistas. Para ele, esse quadro muda drasticamente quando os cartéis se consolidam na economia europeia nas décadas seguintes após o *crack* de 1873, iniciando-se pelo setor industrial de transformação da matéria-prima e se intensificando entre 1900 e 1903 com a primeira crise internacional causada pelos monopólios (áreas de mineração e siderurgia). Nos Estados Unidos da América (EUA), para ilustrar, o número de cartéis saltou de 185, em 1900, para 250, em 1907, quando esses monopólios concentravam $\frac{3}{4}$ dos operários nas economias centrais, sendo responsáveis por $\frac{8}{10}$ de toda produção do ramo em que atuavam: petróleo, aço, indústria química e setor de energia. Todos esses setores eram vistos como fundamentais para a economia e acabaram por transformar-se em agentes causadores de guerras quando os Estados nacionais enfrentaram-se pela hegemonia do controle econômico mundial. Lênin afirma que os monopólios resultaram em um gigantesco progresso na socialização da produção, observando que:

A produção passa a ser social, mas a apropriação continua a ser privada. Os meios sociais de produção continuam a ser

propriedade privada de um reduzido número de indivíduos. [...] É esclarecedor lançar uma simples olhadela ainda que mais não seja à lista dos meios a que recorrem as referidas associações na luta moderna, atual, civilizada, pela organização: 1. privação de matérias-primas ("... um dos processos mais importantes para obrigar a entrar no cartel"); 2. privação de mão-de-obra mediante alianças (quer dizer, mediante acordos entre os capitalistas e os sindicatos operários para que estes últimos só aceitem trabalho nas empresas cartelizadas); 3. privação de meios de transporte; 4. privação de possibilidades de venda; 5. acordo com os compradores para que estes mantenham relações comerciais unicamente com os cartéis; 6. diminuição sistemática dos preços (com o objetivo de arruinar os *estranhos*, isto é, as empresas que não se submetem aos monopolistas, gastam-se durante um certo tempo milhões para vender a preços inferiores ao do custo: na indústria da gasolina deram-se casos de redução de preço de 40 para 22 marcos, quer dizer, quase metade!); 7. privação de créditos; 8. declaração do boicote (Lênin, 2003, p. 26-27).

É relevante a análise sobre a dialética relação de socialização, passando à produção social e ao mesmo tempo à apropriação privada. Essa contradição do potencial civilizatório e a arcaica e estreita subordinação sobre a ordem da propriedade privada alicerçou os

conflitos geopolíticos ocorridos durante o século XX e no início do século XXI, servindo para analisarmos também como isso se dá no âmbito do desenvolvimento da produção capitalista na periferia do sistema econômico, uma vez que os monopólios condicionam à concorrência e à privação de matéria-prima, de mão de obra, de meios de transporte; dificultam as vendas, diminuem o sistema de preços, aumentam as privações de créditos e boicotes etc.: ações que atingem todas as etapas do processo produtivo (produção-circulação-troca-consumo). Se imaginarmos os dilemas a serem enfrentados na produção alimentar brasileira, observamos essas estratégias do agronegócio sobre qualquer outro circuito econômico que fuja do seu domínio e arbitrariedades. Percebemos nisso uma substancial mudança em toda uma nova etapa capitalista e uma maximização da apropriação financeira sobre o conjunto dos agentes econômicos:

O capital-dinheiro e os bancos, como veremos, tornam ainda mais esmagador esse predomínio de um punhado de grandes empresas, e dizemos esmagador no sentido mais literal da palavra, isto é, milhões de pequenos, médios, e até uma parte dos grandes patrões, encontram-se de fato completamente submetidos a umas poucas centenas de financeiros milionários (Lênin, 2003 , p. 18).

Partimos dos exemplos da Alemanha e dos EUA, estando este em um processo mais intenso de monopolização, tendo, no início do século XX, 0,9% das

suas empresas classificadas como gigantes. Na Alemanha, empresas dessa classificação consumiam 75% de toda força motriz e elétrica do país, em contraste, nos EUA, 91% das empresas de grande porte haviam consumido 7% da força motriz e elétrica, porém menos de 1% delas concentrava quase metade do PIB em 1909. Para se ter uma percepção mais acurada, dados de 2020 do *Federal Reserve* mostraram que 1% dos estadunidenses mais ricos representavam 38% do PIB do país. A tendência mais ressaltada é a do crescimento das empresas, com a concentração por si mesma conduzindo diretamente ao monopólio, pois a operação de combinações dos processos produtivos transformam as relações de concorrência em monopólios. Dessa maneira, as taxas de lucro se garantem de formas mais estáveis, eliminando as relações comerciais anteriormente necessárias para articular as diversas empresas simples. Quando pensamos no contexto mundial, podemos observar que, quanto mais tardiamente ocorreram as industrializações nos diversos países, mais dentro da égide dos monopólios se desenvolveram suas economias. É assim que os bancos, inicialmente intermediários do pagamento, convertem dinheiro em capital ativo, o capital-dinheiro. O dinheiro deixou de ser meramente dinheiro-moeda, adquirindo *status* de ativo como, por exemplo, sendo a destinação de investimento financeiro e o estoque de certa empresa.

Assim, é através do processo de monopolização da produção que surge o monopólio do capital-dinheiro. Para exemplificar, os nove maiores bancos de Berlim, em 1909, controlavam 83% de todo o capital bancário da Alemanha e incorporaram novos bancos ou capitais em um sistema de participação, o que os capitalistas dispersos

denominaram de um capitalista coletivo (Lênin, 2003). No período de 1895 até 1910, foi consolidada a fusão do capital bancário com o industrial, podendo este fato, segundo o autor, ser observado pelo processo hierárquico de contração com procedimento gradual de crescimento do controle bancário sobre o industrial, o qual abre os caminhos para o atual momento financeiro mundial. Nesse sentido, o capital financeiro surge, historicamente, a partir da concentração da produção que gera monopólios por meio da fusão com os bancos.

O sistema de participação, estrutura organizacional e financeira em que uma empresa possui participações acionárias em outra(s) empresa(s), é o monopólio que não precisa ter maioria esmagadora das ações para dominar as decisões, além de ser um ambiente de pouca confiabilidade, oriunda das artimanhas das empresas para maquiar os relatórios financeiros, numa notória dinâmica massivamente aplicada:

É próprio do capitalismo, em geral, separar a propriedade do capital da sua aplicação à produção; separar o capital-dinheiro do industrial ou produtivo; separar o *rentier*, que vive apenas dos rendimentos provenientes do capital-dinheiro, do empresário e de todas as pessoas que participam diretamente na gestão do capital. O imperialismo, ou domínio do capital financeiro, é o capitalismo no seu grau superior, em que essa separação adquire proporções imensas. O predomínio do capital financeiro sobre todas as demais formas do capital implica o predomínio do *rentier* e da

oligarquia financeira, a situação destacada de uns quantos Estados de poder financeiro em relação a todos os restantes. O volume deste processo nos é apresentado pelos dados estatísticos das emissões de toda espécie de valores (Lênin, 2003 , p. 59).

Há diversas formas de amarras para aprofundar as incorporações, como linhas de crédito, investimentos, depósitos e transações, enfim, a totalidade do capital que se engendra verticalmente, de maneira hierarquicamente rígida. O capital monopolista assume uma orientação expansiva, incorporando o mercado de modo colonialista através de uma estratégia de dominação, subjugação violenta e implacável, inclusive utilizando as estruturas existentes, mesmo legais, para monopolizar a riqueza e os povos. Atuando nas esferas políticas e do aparelho estatal, o imperialismo impõe uma verdadeira *plutocracia* (do grego, *ploutos*/riqueza e *kratos*/poder), sendo os Estados nacionais os beneficiários e os promovedores desse processo econômico de concentração e predomínio do capital-dinheiro, com o rentismo¹ na gestão do poder econômico. Por exemplo, juntos, em 1910, Inglaterra, França, Alemanha e EUA concentraram 80% de todo o capital financeiro mundial (Lênin, 2003). O poder das finanças, nesse sentido, apontava para o processo de

¹Segundo o economista e professor da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) Ladislau Dowbor (2024), o rentismo é o novo modo de produção. Ou seja, a partir do capital financeirizado é que ocorre outra forma de capturar a riqueza coletiva. Questões derivam dessa realidade financeira: Quais são seus meios de acumulação? Por que produz desigualdade e devastação brutais? Como a reapropriação social do conhecimento pode minar suas bases?

internacionalização imperialista da exploração capitalista nas sociedades ocidentais: as exportações de capitais aprofundaram as redes internacionais de dependência. Na virada do século XX, a exportação de capitais surgiu nos países europeus mais ricos depois da consolidação dos monopólios no continente. As maiores possibilidades de taxas de lucro em potencial foram direcionadas para alguns países devido à pouca concorrência de capitais existentes e por causa de certos limites políticos de suas elites econômicas diante dos interesses internacionais (Goldfarb, 2012).

Esse processo histórico continuou e estendeu-se ao campo alimentar. Em um artigo de 2012, Goldfarb nos alerta sobre isso a partir da noção de Regime Alimentar, compreendido dentro do conceito de processo produtivo de Marx. A autora estabeleceu a importante relação dos alimentos na reprodução da força de trabalho e, conseqüentemente, na produção de valor, além do seu papel na construção do capitalismo mundial e no próprio desenvolvimento do capital. Partindo do marco temporal da década de 1970, observa-se que, no Brasil, o Regime Alimentar corporativo se consolidou em corporações monopolistas transnacionais em um ciclo produtivo, movimentando, dessa forma, a base do capital financeiro por meio de financiamentos e dos insumos, acompanhados da sistemática perda de estruturas estatais, o que reduziu drasticamente a capacidade de intervencionismo sobre os processos produtivos em geral. Dessa maneira, resultante do declínio do Estado de Bem-Estar Social, tal dinâmica explica a substituição do poder do Estado na economia pelo mercado financeiro.

Dito de outro modo, as corporações adotam a lógica da especulação, beneficiando-se de elevações de preços ou mesmo gerando a precificação artificial, sendo indiferentes à geração de crises sociais oriundas de suas ações, por maior que sejam os danos aos processos produtivos. Isso é um contrassenso do mercado, uma vez que piora o potencial de consumo da classe trabalhadora e, em última instância, prejudica a singular mercadoria denominada força de trabalho. O monopólio corporativo, ao controlar os preços de ponta a ponta do circuito, subordina-se à financeirização, aprofundando-a por “pacotes tecnológicos” e, assim, nutrindo o aumento da composição orgânica do capital no campo. Nesse sentido, para alcançar os padrões exigidos dentro do crescente processamento industrial de alimentos, faz-se necessária uma restrição cada vez maior do perfil de proprietários capazes de se incorporarem à constante e intensa modernização, cujos efeitos não são necessariamente positivos. Esse aumento da composição orgânica de capital, nos processos produtivos alimentares, é viabilizado por meio de empréstimos, sendo o acesso ao crédito o mais visível atrelamento da agricultura à financeirização, que assume a hegemonia dos rumos econômicos em contrapartida ao Estado.

Para Goldfarb (2012), foi durante a década de 1980 que o Regime Alimentar corporativo aprofundou seu desenvolvimento na financeirização especulativa, com o aumento de certificados futuros de compra, consolidando, dessa forma, o mercado futuro de *commodities*, que colocou em poder dos especuladores financeiros o controle dos preços pela antecipação de capital na produção. Esse caminho acelerou a diminuição

do poder de intervenção do Estado, que tinha uma orientação oposta aos interesses financeiros, afastando o progresso dos modos produtivos da consolidação do direito à alimentação adequada. A pesquisadora supracitada escreve que:

As consequências disso são conhecidas: frequentes períodos de carestia de alimentos; aumento da insegurança alimentar; mudanças nas políticas de abastecimento dos países, como, por exemplo, o abandono da política de estocagem de produtos agrícolas, o que permitia a intervenção do Estado no controle do preço dos alimentos; revoltas populares etc. [...] Sendo assim, se os países passam a priorizar a produção do que é mais interessante do ponto de vista dos mercados internacionais, e não do ponto de vista do consumo interno; se os países deixam de possuir estoques públicos que garantam a manutenção dos preços numa faixa viável tanto para consumidores como produtores; se permite-se que se especule com o preço dos alimentos no mercado financeiro, como é possível garantir que exista o acesso ao alimento por parte da população? Frente a isso, garantir a soberania alimentar significa garantir a regulação dos mercados e o investimento no mercado interno. Mais do que isso: significa a necessidade de impedir que o alimento entre na roda do mercado financeiro como simples ativo, posto que é algo essencial à vida (Goldfarb, 2012, p. 52).

Em síntese, pensar a soberania alimentar no Brasil, ou em qualquer outra nação do mundo, passa pelo intervencionismo estatal orientado ao abastecimento interno, assim como pela análise da garantia do direito humano à alimentação adequada, associado à construção de uma política mediada pelo controle social democrático. Em sentido semelhante, é necessário mencionar que nenhum país em desenvolvimento, como é o caso do Brasil, consegue índices plenos de soberania alimentar sem enfrentar o poder das corporações transnacionais que engendram o mapa global de circulação e de troca de alimentos no mundo e que têm poder financeiro para uma produção agrícola de escala e de culturas específicas, com equipamentos e máquinas tecnológicas, métodos de plantio ou de alimentação animal sofisticados etc., potencializando seus lucros e reduzindo os preços ao consumidor final. Por isso, essas instituições não sofrem as vulnerabilidades das condições locais, climáticas e econômicas, ao contrário da agricultura familiar. Dessa maneira, Goldfarb (2012) defende o papel regulador do Estado para que haja o equilíbrio de mercado: o que se produz, como se produz e quem produz dizem respeito à política pública do setor alimentar, não à escolha mercadológica dos grandes grupos do agronegócio.

FLORESTAN FERNANDES E A QUESTÃO ALIMENTAR BRASILEIRA

Para o desenvolvimento das reflexões sobre a problemática alimentar brasileira, é fundamental o diálogo com as abordagens estrutural e histórica. Assim,

será utilizada a análise sociológica de Florestan Fernandes em sua obra *Sociedade de Classes e Subdesenvolvimento*, de 1968. Quando a formação social brasileira é abordada em Florestan, pensa-se o capitalismo não apenas como um modo econômico, pelo qual se entende a produção capitalista, mas também como uma produção sociocultural e territorial.

Para o autor, as bases da economia brasileira, estabelecidas do processo de colonização até a formação e a consolidação do Estado Nacional, não seriam um reflexo direto dos processos históricos europeus envolvidos na crise do sistema feudal e na transição ao capitalismo comercial. Pelo contrário: aqui a simbiótica relação entre as grandes plantações, o trabalho escravo e a expropriação de toda a milenar sociedade gerou uma elite econômica com um projeto de regime resistente aos processos progressistas defendidos pelas revoluções liberais burguesas dos séculos XVIII e XIX. Assim sendo, ocorreu a formação do Estado Nacional Moderno brasileiro sem alterações nos estamentos sociais e na estrutura econômica, característica chamada de Estado autocrático burguês. Nesse contexto, a formação do nosso Estado Nacional independente transformou os senhores rurais em uma aristocracia agrária, no que eles saíram, assim, de uma relação de titularidade para uma correlação de forças econômicas, processo acelerado devido às pressões estrangeiras, fruto da consolidação da Inglaterra como potência econômica global sobre as colônias do mundo inteiro, bem como suas demandas liberais. Sobre isso:

Esse processo histórico-social, que vinculou o destino da Nação emergente ao neocolonialismo, provocou consequências de enorme monta para a estruturação e a evolução do capitalismo dentro do País. Em um nível, como revolução política, ele culminou na eliminação das formas preexistentes de expropriação colonial, de fundamento "legal"; na reorganização do fluxo interno do excedente econômico, o qual deixou de ser estritamente regulado a partir de fora; e na transferência do poder político institucionalizado para as elites nativas [elites dos estamentos senhoriais]. No nível econômico, ele não teve o mesmo sentido revolucionário (Fernandes, 1968, p. 22).

A transição em questão (de Brasil colônia para um regime econômico neocolonial) trouxe consequências estruturantes para o desenvolvimento capitalista e para o Estado brasileiro independente: na esfera jurídico-político, houve a transferência de poder para as elites senhoriais nativas (senhores de engenho, alcaides, juízes ordinários, procuradores, almotacés etc.); porém, na esfera econômica, as relações de dependência e submissão não sofreram alterações. Dessa forma, a construção do Estado Nacional Moderno pelas elites nativas e a criação das instituições que viriam a cumprir o mesmo papel econômico do período colonial não tiveram uma maturação interna, fazendo dessa mudança um processo desorganizado:

A modernização, que no contexto da emancipação política apenas disfarçava e matizava os novos laços de dependência colonial, aos poucos iria adquirir o significado e as proporções de um amplo processo de transplantação de gente, de técnicas ou instituições sociais e de ideais de vida da Europa para o meio brasileiro (Fernandes, 1968, p. 24).

A partir do seu processo de independência política, o Brasil teve que lidar internamente com os dilemas do desenvolvimento capitalista. Essa transição apresenta características específicas: Florestan (1968) afirma que as mudanças acontecidas nas economias coloniais não se desenvolveram da maneira como ocorreu por conta das estruturas socioeconômicas vinculadas à economia exportadora de plantações, mas sim por causa de um processo externo global de reordenamento econômico. A base e a mediação foram feitas pelas elites nativas da economia agrária. Tal questão levou o autor a qualificar esse processo como sendo uma absorção do capitalismo em uma sociedade transplantada, a qual não se desfez da organização e das funções extracapitalistas para construir o Estado-nação, isso mesmo após o fim da escravidão, para o Brasil, em 1888, e com a universalização do trabalho livre. A elite brasileira ressignificou o conceito europeu de progresso. Em regra, o país restringiu-se a atualizar, de forma imediatista e superficial, as normatizações oriundas das demandas externas de um mundo capitalista em rápido desenvolvimento. Quanto ao papel do liberalismo nesse processo, Fernandes menciona que:

O liberalismo, em suas conexões ideológicas e utópicas com os interesses dos estamentos dominantes, servia como um disfarce para ocultar a metamorfose dos laços de dependência colonial, para racionalizar a persistência da escravidão e das formas correlatas de dominação patrimonialista, bem como para justificar a extrema e intensa concentração de privilégios econômicos, sociais e políticos na aristocracia agrária e na sociedade civil, que lhe servia de suporte político e vicejava à sua sombra. A civilização ocidental não se espalhou como as águas de um rio que transborda. Ao saltar suas fronteiras, ela se corrompeu, se transformou e por vezes se enriqueceu, convertendo-se numa variante do que deveria ser, à luz dos modelos originais (Fernandes, 1968, p. 25-26).

Uma sociedade de condição colonial permanente se desenvolve de forma diferenciada da civilização ocidental, o que gera um descompasso entre o ideal e o possível. Uma contradição como essa se manifesta nas elites brasileiras, as quais têm uma consciência falsa de si mesmas, pois se veem como construtoras de impérios econômicos, porém, objetivamente, são subalternas ao capitalismo monopolista internacional e dependem sistematicamente do intervencionismo estatal para qualquer empreitada. Sendo assim, essas elites não produzem um conteúdo liberal ocidental, mas sim um antinacional, autocrático e, portanto, com aversão a

qualquer participação popular nos rumos políticos, sem interesse em um desenvolvimento econômico independente e autônomo em território nacional, como ocorreu nas nações do capitalismo central. Dessa forma própria, no Brasil, foram construídas instituições que afirmam ser parte de um Estado nacional e democrático, contudo, se analisarmos para além de suas autoimagens, veremos toda a perpetuação de uma prática contrária: basta ver os inúmeros eventos da história brasileira que evidenciam a falaciosa imagem propagada por essas instituições acerca do país e de si mesmas.

Diante dessa análise de Florestan Fernandes, relativa à complexa arquitetura da identidade nacional, verificamos, apesar disso, o fato do Brasil ter se tornado uma das maiores economias do mundo, em termos de Produto Interno Bruto (PIB), no século XX. No entanto, perpetua-se, na base demográfica do país, uma reacionária estrutura social baseada numa lógica de exploração violenta em diversos aspectos sobre as populações fragilizadas socioculturalmente, numa dinâmica de contínua concentração de renda para somente uma parcela da população, sendo ela historicamente privilegiada, como os herdeiros de fortunas ou descendentes da aristocracia rural. Para Fernandes, essa configuração estrutural pede que identifiquemos os critérios de autonomia, autossuficiência e grau de industrialização como os marcos divisórios entre as sociedades liberais avançadas e aquelas de capitalismo subdesenvolvido. Os modelos institucionais não bastam para que se compreenda a sociedade, mas são relevantes para o entendimento das contradições do Estado nacional democrático.

A modernização ocorre tanto no centro econômico quanto na periferia, porém, com conteúdos distintos, levando em conta que a dominação exercida pelas potências mundiais sobre as economias periféricas ocorre no atrelamento ao processo vertical da modernização. O desenvolvimento capitalista, nessa perspectiva, desde sua gênese, constituiu-se na geração permanente de conflitos e de tentativas de eliminação de formas sociais resistentes ao paradigma do liberalismo econômico. Essa dinâmica de desenvolvimento tende a regular a estrutura, a arbitrar sobre a produção do espaço e a universalizar-se para países dependentes dentro do marco capitalista.

Ao discutir o desenvolvimento econômico brasileiro, Fernandes analisa que seu avanço acompanhou certa autonomia e competitividade de mercado, uma vez que, do contrário, permanecer dentro dos marcos econômicos dados pelas potências mundiais não seria suficiente para superar a condição de capitalismo dependente no cenário global do liberalismo. O agronegócio brasileiro, dessa maneira, não representa um estágio arcaico, mas sim uma forma moderna e própria, desde seu princípio, de busca por autossuficiência e autonomia. Entretanto, não podemos esquecer que a economia colonial foi o alicerce para a chamada acumulação primitiva do capital, o que é refletido nos dias atuais, pois o nosso desenvolvimento dependente ainda pode ser testemunhado na desigualdade socioterritorial, na superexploração dos mercados internos, assim como no controle das remessas de nosso excedente econômico por empresas transnacionais instaladas no país. A aparente liberdade econômica aumenta a dependência tecnológica, financeira e política do país. Essa defesa

político-econômica está envolvida em algumas propostas difusas dos sistemas industriais e comerciais quando, por exemplo, surgem discursos em defesa do desenvolvimento de atividades econômicas em qualquer horário ou dia da semana, não estando as empresas sujeitas às cobranças ou encargos adicionais, precarizando-se a qualidade de vida do trabalhador brasileiro.

O capitalismo e a formação do mercado mundial foram e continuam sendo indissociáveis, portanto, as nações desenvolvidas e subdesenvolvidas participam do mesmo circuito econômico e processo civilizatório. No Brasil, nota-se que o mercado interno de bens e de serviços é fortemente submetido às relações exteriores, orientando-se segundo as tendências econômicas globais e as determinações de Estados nacionais soberanos, criando com eles uma relação de dependência e dominação, como, por exemplo, com a utilização do dólar como um elemento indexador, fornecido pelos Estados Unidos da América (EUA). Assim, em nações dependentes, “[...] o seu próprio crescimento econômico interno espelha, estrutural e dinamicamente, a natureza, a intensidade e a variação ou a flutuação dos interesses das economias nacionais a que se associam heteronomamente” (Fernandes, 1968, p. 38). Ao discutir as formas de superação do subdesenvolvimento, o autor supracitado aponta dois caminhos, sendo um dentro do marco capitalista autossuficiente e o outro à via socialista:

No plano internacional, o capitalismo gera uma luta permanente e implacável pelas posições de controle da economia mundial, que permitem

dirigir os processos de formação e de crescimento das economias dependentes, bem como monopolizar os excedentes econômicos que podem, assim, ser captados e drenados dessas economias para as economias hegemônicas. Por isso, a superação do capitalismo dependente e a implantação do capitalismo autossuficiente, numa sociedade subdesenvolvida, repousam, primariamente, na forma de integração nacional alcançada pela ordem social competitiva, através da absorção dos padrões e princípios de organização capitalista do sistema econômico. Se ou enquanto a sociedade subdesenvolvida não possuir requisitos estruturais e dinâmicos para engendrar processos de autonomização econômica, sociocultural e política, ao nível do padrão de integração, funcionamento e desenvolvimento da ordem social competitiva, ela ficará condenada ao destino histórico inerente ao capitalismo dependente [qualquer que seja a fórmula empregada para disfarçar esse destino] ou terá de procurar no socialismo [qualquer que seja a via pela qual ele se desencadeia historicamente] as soluções para os seus dilemas econômicos, sociais e políticos (Fernandes, 1968, p. 35).

Enquanto as potências mundiais gozam de autonomia (escala nacional), hegemonia (escala internacional), protagonismo e autoconstrução, resta aos países subdesenvolvidos a heteronomia. Esse dilema da

superação do subdesenvolvimento tem hoje, na China, talvez o maior exemplo das possibilidades criadas pela via socialista, pois, para fazer frente ao mercado global capitalista, baseado na monopolização de vantagens econômicas e na hierarquização de poder, que geram autodeterminação e submissão, o país conquistou sua autodeterminação a partir da consolidação da Revolução de 1949, ocasião em que os contingentes comunistas, sob a liderança de Mao Tsé-Tung, proclamaram a República Popular da China pela via revolucionária.

No caso do Brasil, como o capitalismo se baseia na apropriação privada dos meios de produção e na mercantilização do trabalho, a riqueza gerada na incorporação da economia se deu sob a tutela e o controle do mercado internacional. A maior parte da geração de riqueza era e é apropriada por grandes e poucos proprietários rurais e comerciantes, os quais concentram a riqueza, conservando as estruturas sociais. Portanto, esse sistema não serve como um processo transformador do ordenamento social. O colapso do regime colonial brasileiro não passou por uma revolução agrícola, pelo contrário: manteve-se a expansão de novas áreas de produção de matérias-primas exportáveis, com uma cada vez maior expansão territorial e com o aumento da urbanização, acompanhada do desenvolvimento de um mercado interno — processo esse tutelado e coordenado pelo conjunto dos interesses hegemônicos do mercado mundial. Assim, a transição sem rupturas de grande espectro revolucionário entre as etapas do desenvolvimento econômico marcou o desenvolvimento no país, sendo importante ressaltar o controle externo e o poder multilateral do mercado mundial sobre a economia

local, notoriamente com a formação de polos de desenvolvimento dependente especializados e desintegrados do conjunto do território e do mercado interno.

Dessa forma, a simbiose entre modernização e dependência econômica, com pouca reinversão produtiva, caracteriza o desenvolvimento nacional brasileiro. Isso pode ser vislumbrado pela submissão do país aos centros de decisão econômica externos, o que prejudica a economia interna e gera uma tardia urbanização e um tardio mercado de trabalho interno diversificado. Para Florestan Fernandes, essas especificidades são indicativos de um “capitalismo para fora”. No Brasil, a transição do período colonial para o Estado Nacional Moderno não surgiu da formação do trabalho livre e de economias urbanas expressivas, o que estabeleceria um processo heterogêneo de modernização, mas sim da implantação de modelos importados das sociedades do capitalismo central.

Segundo essa perspectiva, em realidades dependentes, todas as interações com o mundo são usadas pelos agentes internacionais e pelas elites locais para o aumento das taxas de exploração em detrimento do conjunto da saúde econômica nacional como um todo. Um exemplo disso pode ser visto nas ações da política institucional das elites brasileiras, as quais sempre buscaram aprovações de leis precarizantes no campo trabalhista, jogando parte expressiva dos trabalhadores para o mercado informal ou precarizando ao máximo os formais, mecanismo que restringe muito a possibilidade de superação dos dilemas nacionais — uma espécie do uso da “mais-valia” para o exterior, com benefícios

somente para uma parcela da sociedade.

Nesse contexto, o que se observa como tendência histórica no processo de modernização brasileira é um verticalizado e agressivo caminho social de caráter utilitarista, o qual nega a participação política e econômica da parte majoritária da sociedade: a população pobre e trabalhadora. Isso nos faz questionar: como e até quando a formação de uma massa de trabalhadores assalariados será suficiente ou possível para a superação da pobreza ou até mesmo para que se encontre maior incorporação na geração de valor tanto na escala local quanto na economia nacional?

A histórica organização da produção em países como o Brasil, caracterizada pela escassez de capitais nacionais, serve como principal barreira para o avanço das forças produtivas de forma autônoma e soberana. Essa lacuna é aprofundada pelas sistemáticas privatizações de empresas estatais, além da compra de empresas nacionais por estrangeiras, bem como a fusão destas com aquelas, e da financeirização, a qual gera, na ordem do dia, o debate sobre o controle social das riquezas nacionais. Em conjunto, isso explica a subutilização do potencial econômico brasileiro. Nada é mais dependente do que o trabalho precarizado, que se manifesta, principalmente, com a baixa remuneração, resultando na desestimulação do mercado interno em volume sólido, integrado e autônomo. Florestan Fernandes diz:

Por fim, as contradições apontadas não se manifestam automaticamente. Elas dependem da ação inconformista, organizada socialmente, dos trabalhadores assalariados. [...] Suas

insatisfações [como a de outros círculos sociais, submergidos na economia de subsistência ou tentando ingressar na proletarianização] projetam-se contra a pobreza e contra o padrão miserável de vida, que a ela se associa: não se convertem em crítica às formas de produção capitalista nem em rebelião contra as técnicas sociais de apropriação capitalista. Em tais circunstâncias, as contradições emergem, de fato, mas elas têm outras origens, outro sentido e outras consequências. Não o poder expansivo de forças produtivas sufocadas, mas a debilidade das formas de organização da produção que engendra e dinamiza as contradições realmente operativas em seu seio (Fernandes, 1968, p. 50-51).

Como fica evidente, a importância do aumento da renda das massas assalariadas fez do nível de organização dos trabalhadores algo central e, não por acaso, que sempre precisou ser duramente reprimido por forças regulares do Estado, legislações ou meios não formais. As elites político-econômicas do Brasil lutam para manter os salários rebaixados e desejam uma modernização acelerada, mesmo tendo a incapacidade de fazê-la por suas regras. Do colonialismo ao imperialismo econômico, intensificou-se, no país, a condição de dependência, na qual o antigo e o moderno se fundem, provocando resistências e mudanças em direção a uma nova realidade. Florestan Fernandes assinala essas dimensões ou dados quando publica suas obras *Revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica* (1975a);

Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina (1975b); *Mudanças sociais no Brasil* (1979); e *Democracia e desenvolvimento: a transformação da periferia e o capitalismo monopolista da era atual* (1994b).

QUADRO DO CONSUMO ALIMENTAR E DA RENDA DOS TRABALHADORES

A análise de dados dos boletins do Observatório das Metrôpoles, Pesquisa de Orçamentos Familiares (2017-2018) e da Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios Contínua (2024) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) faz um retrato bem detalhado do quadro alimentar do país. O consumo alimentar das famílias brasileiras se faz basicamente pela troca monetária. Hoje, 81,9% da despesa total dos domicílios correspondem a trocas monetárias (Loschi, 2020), utilizando como base os rendimentos familiares mensais. As pesquisas demonstram que, em linhas gerais, quanto menores forem os rendimentos, maiores serão os gastos com alimentos. As outras despesas, como habitação, transporte e consumo, assumem determinadas proporções, conforme o rendimento desses lares.

Segundo a pesquisadora Loschi (2020), quando analisamos o consumo dos mais pobres nos domicílios rurais e urbanos, observamos que as rendas rurais gastam proporcionalmente mais (27%) do que os domicílios urbanos (20,7%) de mesma renda, com variações regionais intensificando esses números. Quando as regiões Norte (24,9%) e Nordeste (26%) são comparadas em relação ao Sudeste (18,3%) e ao Sul (18,7%), em valores totais, nota-se que os domicílios mais pobres da região Norte gastam 26% a mais do que os domicílios

mais pobres do Sudeste. Nesse contexto, temos marcado um quadro de desigualdades econômicas entre domicílios rurais e urbanos e entre regiões, trazendo à tona a necessidade de pensar os desafios de forma diversa. Para exemplificar, o déficit habitacional no Brasil em 2021, segundo a Fundação João Pinheiro, chegou a 88% das famílias que ganham até três salários mínimos. Além disso, as principais despesas dos brasileiros continuaram sendo com carnes, vísceras e pescados; bebidas e infusões; leites, derivados e panificados. Juntas, essas categorias representavam 35% dos gastos mensais com alimentação, enquanto que frutas e hortaliças correspondiam apenas a 6% dos gastos (IBGE, 2018a).

O consumo alimentar doméstico da população brasileira sofreu diversas alterações ao longo das décadas. De 1974 a 2003, houve redução do consumo de arroz, feijão, batata, açúcar, carne bovina e carne de frango, refletindo, cada vez mais, não apenas a troca de alimentos que demandam tempo de preparo para alimentos processados, como também a tendência a se aumentar o consumo de alimentos fora de casa, conforme se tem o aumento da renda familiar. Múltiplos fatores determinam esses dados (Schlindwein, 2014), destacando-se o crescimento urbano e a diminuição do tempo que as mulheres têm disponível para atividades domésticas. Com isso, o autor chegou à conclusão de que, durante o período de 1974 até 2003, houve a redução dos casos de déficit de peso, que saíram de 7,2% da população masculina adulta para uma queda contínua até o patamar de 2,8% em 2003 e, entre as mulheres, de 10,2% para 5,4%. Em 2019, esses números caíram para 1,6% em média, mas, com a crise econômica e sanitária

brasileira vivida nesse período, essa média voltou a subir. Segundo a Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Rede PENSSAN, 2022), 20 milhões de brasileiros passam mais de um dia sem se alimentarem e 116 milhões de brasileiros não possuem acesso pleno aos alimentos.

Ainda, no Brasil, temos um quadro de crescimento vertiginoso do sobrepeso, da fome, da má alimentação em quantidade e qualidade e de um quadro de diversidade e desigualdade nos padrões de consumo. Nota-se isso no período entre 2002 e 2018, quando gastou-se menos com a alimentação, enquanto que entre 2013 e 2018 aumentaram o desemprego, o subemprego, a informalidade e a pobreza. Destaca-se que o relatório das situações alimentares no Brasil substituiu a classificação dos Estados Unidos da América (EUA) de insegurança alimentar, que lá é distribuída em leve, moderada e grave, para *sem fome*, *risco de fome* e *fome*. O relatório propõe uma mudança de conteúdo na classificação da fome ao considerar como ela é sentida por quem a sofre.

Outra informação dada pelo atlas foi *a cara da fome*, seção do documento em que a fome é personificada através dos dados que revelam que o aumento de casos de risco ocorrem nos domicílios chefiados por mulheres e por pessoas não brancas. Nisso, 70% dos domicílios com risco de fome ou fome são chefiados por pessoas não brancas, assim como 26,2% das casas chefiadas por mulheres estão em risco de fome e 15,4,% estão com fome. Nos domicílios chefiados por homens, esses números caem para 22,5% e 10,8% respectivamente. Logo, se a fome tem cor e sexo, ela é uma mulher não branca. Tal informação é vital para que se saiba quais

cenários as políticas públicas devem priorizar em suas ações.

Além disso, o relatório mostra, quando analisamos seus números a nível nacional, que temos duas divisões espaciais e históricas. O primeiro Brasil, em que há as maiores taxas de risco de fome e fome, compreende as regiões Nordeste e Norte, apresentando, nos estados de Maranhão, Pará, Tocantins e Piauí, um consumo de alimentos *in natura* ou pouco processados acima da média nacional. O segundo Brasil se refere às regiões Centro-Oeste, Sudeste e Sul, que possuem índices menores de fome e de risco de fome, sendo ainda onde o consumo de ultraprocessados está bem acima da média nacional em determinados estados (Rio de Janeiro, São Paulo e os estados do Sul). Ainda segundo o relatório supracitado, do total de mais de 200 milhões de brasileiros, 116,8 milhões estavam passando por algum grau de insegurança alimentar, em que os domicílios com insegurança alimentar grave se apresentaram em uma quantidade quatro vezes maior nos locais onde se tinha empregos informais e seis vezes superiores nos domicílios com desempregados.

Uma outra abordagem possível para entender a alimentação brasileira é a classificação internacional NOVA, que divide os alimentos em quatro grupos, sendo eles: *in natura*, ingredientes culinários processados, alimentos processados e ultraprocessados. Com essa classificação, foi feito o *Guia Alimentar para a População Brasileira*, no qual podemos analisar a proporção de cada grupo na dieta calórica. Assim, foi percebida uma continuidade no aumento da participação dos alimentos ultraprocessados e processados na dieta brasileira, os

quais, em 2002, representavam 20,9% do consumo e, em 2018, 28,2%.

Nesse contexto, por mais importante que tenha sido o Auxílio Emergencial, ele acabou por não conseguir ser suficiente para tirar as famílias da insegurança alimentar:

Entre os domicílios rurais, o segmento da agricultura familiar sofreu o impacto da crise econômica, mas foi especialmente afetado pelo desmonte das políticas públicas voltadas para o pequeno produtor do campo. As formas mais severas de IA (IA moderada ou grave) estavam presentes em cerca de 38,0% dos domicílios de agricultores(as) familiares/ produtores(as) rurais. A prevalência de IA grave era de 21,8%, mostrando que a fome atingia os moradores de mais de 1/5 dessas habitações (Rede PENSSAN, 2022, p. 41).

O inquérito concluiu que, em 2020, retornamos aos patamares de fome de 2004: um retrocesso de 15 anos que levou apenas 5. De 2013 a 2018, a insegurança alimentar grave aumentou em 8% ao ano. Já de 2018 a 2020, esse número saltou para um crescimento de 27,6%, o que fez com que, em apenas dois anos, tenhamos saltado de 10,3 milhões de famintos para 19,1 milhões.

Retomando as reflexões de Florestan Fernandes (1968), elas apontam os obstáculos inerentes do capitalismo dependente, de modo especial, quando decompomos o quadro do consumo alimentar e da renda dos trabalhadores brasileiros, pois este é engendrado internamente, mas condicionado a partir dos acordos fora

das fronteiras — uma forma específica de produção do espaço econômico global. Para Florestan Fernandes (1994a, p. 1), no Brasil, a política assistencialista de combate à fome ou à miséria muitas vezes tem registro de solidarismo paralítico e, por isso, “é preciso virar o Brasil pelo avesso para descobrir outras soluções, que não procedam da caridade cristã e da piedade, palavras que se chocam com a virtú capitalista mercenária dos que mandam”. Nesse sentido, observa-se que a realidade nacional de iniciativas protetoras da pobreza é historicamente marcada por ser entevada na esfera estatal e débil na esfera privada. Como fruto de um capitalismo patriarcal, existe uma “festa da caridade”, na qual o capital se resguarda, ao construir o exército industrial de reserva, em um processo de acumulação acelerada, mas com sustentação no aparelho repressivo do Estado, nas religiões salvadoras ou nas ciladas midiáticas, dentre outros aspectos ilustrativos do *modus operandi* (neo)liberal.

Em tal cenário, percebemos que as políticas sociais são operacionais ao capital, ou seja, pertencem ao mecanismo das regulamentações macroeconômicas, uma vez que política econômica implica em política social. Por isso, o desenvolvimento do capitalismo encerra ciclos de avanços e retrocessos como resultado dos processos materiais históricos. É o caso de constatarmos que, atualmente, o Estado neoliberal circunscreve as políticas sociais ao papel de manutenção da reprodução social aos custos controláveis, por exemplo, dos serviços públicos prestados aos trabalhadores, notadamente aqueles voltados ao combate da fome no Brasil. Os dados apresentados neste trabalho, a grosso modo, indicam

isso: o enfrentamento da questão alimentar ocorre sistematicamente pelas políticas sociais, ora em consonância com a perspectiva de Estado mínimo de administração da pobreza, ora como resultado dos movimentos de resistência ou como estratégia radical de combate à pobreza por atores sociais comprometidos com um país capaz da distribuição equitativa dos recursos em todas as esferas e classes sociais da sociedade brasileira.

Todavia, em síntese, Florestan Fernandes (1968) indica que a superação do *status quo* alimentar ocorrerá por um processo interno de mudança, por três caminhos gerais: 1) nacionalizações econômicas; 2) liberalismo radical; e, 3) superação da ordem capitalista. Essas rotas colocadas e a contribuição teórica do autor podem incorporar-se às reflexões sobre a superação dos problemas alimentares do Brasil, pensando-se em quais elos econômicos e que grupos sociais impedem essa superação, bem como quais elementos são estruturais ou conjunturais em nossa sociedade — o que nos leva ao crítico quadro alimentar em que vivemos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de acumulação-expansão do capital nacional e global permite correlações entre a economia urbana e rural na ótica marxista da evolução do modo de acumulação do capital, com notas acerca da realidade brasileira. Nesse sentido, são relevantes as contribuições de Florestan Fernandes, especialmente quando versamos sobre a questão alimentar brasileira sob o prisma da Teoria da Dependência, que colabora para explicitar a formação social brasileira e o cenário de configuração do espaço alimentar. Nessa perspectiva, o processo de

concentração do capital se estabelece nos mecanismos capitalistas, sendo possível converter o campo alimentar numa categoria de análise identificada por Lênin (1985), Goldfarb (2012) e Florestan Fernandes (1968). A conclusão derivada dessas análises apresenta um quadro de convicções acerca dos processos de monopólios capitalistas e da financeirização no contexto histórico mundial e no campo alimentar brasileiro.

Em linhas gerais, os marcos institucionais e teóricos pressupostos em nosso trabalho, concretamente sobre a realidade brasileira acerca da segurança e soberania alimentar, resultaram dos estudos clássicos e de dados atuais, tratando objetivamente da relação entre a acumulação-expansão do capital, os monopólios, a financeirização do mercado, a renda, a fome e a questão da segurança alimentar. Esta última, vale lembrar, é um direito básico de cidadania e um marco de independência nacional frente aos imperativos do imperialismo econômico.

REFERÊNCIAS

CEPAL - COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE. A pandemia provoca aumento nos níveis de endividamento dos países da região e coloca em perigo a reconstrução sustentável e com igualdade. *Cepal*, 2021. Disponível em:

<https://www.cepal.org/pt-br/comunicados/pandemia-provoca-aumento-niveis-endividamento-paises-regiao-coloca-perigo-reconstrucao>. Acesso em: 3 mar. 2024.

DOWBOR, L. Rentismo, o novo modo de produção. *Associação dos Engenheiros da Petrobras*, 2024. Disponível em:

<https://aepet.org.br/artigo/rentismo-o-novo-modo-de-producao/>.

Acesso em: 17 out. 2024.

FEDERAL RESERVE. *107th Annual Report of the Board of Governors of the Federal Reserve System*. Washington, DC: Federal Reserve, 2020.

Disponível em:

<https://www.federalreserve.gov/publications/2020-ar-overview.htm>

. Acesso em: 3 mar. 2024.

FERNANDES, F. *Sociedade de classes e subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

FERNANDES, F. *Revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1975a.

FERNANDES, F. *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1975b.

FERNANDES, F. *Mudanças sociais no Brasil*. 3. ed. São Paulo: Difel, 1979.

FERNANDES, F. Combate à fome. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 1994a. Disponível em:

<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1994/1/03/opinioao/7.html>.

Acesso em: 18 set. 2024.

FERNANDES, F. *Democracia e desenvolvimento: a transformação da periferia e o capitalismo monopolista da era atual*. São Paulo: Hucitec, 1994b.

FERNANDES, F. A festa da caridade. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 1995. Disponível em:

<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1995/1/02/opinioao/7.html>.

Acesso em: 18 set. 2024.

GOLDFARB, Y. A agricultura a partir do neoliberalismo: financeirização, poder corporativo e as ameaças à soberania alimentar. *Agrária*, São Paulo, n. 17, p. 42-58, 2012. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/agraria/article/view/82744>. Acesso em: 18 set. 2024.

IBGE — INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *POF - Pesquisa de Orçamentos Familiares*. Rio de Janeiro: IBGE, 2018a.

Disponível em:

<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/saude/24786-pesquisa-de-orcamentos-familiares-2.html>. Acesso em: 5 mar. 2024.

IBGE — INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *PNAD Contínua — Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua*.

Rio de Janeiro: IBGE, 2018b. Disponível em:

<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9171-pesquisa-a-acional-por-amostra-de-domicilios-continua-mensal.html>. Acesso em: 5 mar. 2024.

IBGE — INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA.

Censo demográfico de 2022. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: <https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/>. Acesso em: 7 mar. 2024.

IBGE — INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA.

Síntese de Indicadores Sociais. Rio de Janeiro: IBGE, 2024. Disponível em:

<https://www.ibge.gov.br/estatis%20ticas/sociais/populacao/9221-sintese-de-indicadores-sociais.%20html>. Acesso em: 5 mar. 2024.

LÊNIN, V. I. *O Imperialismo: etapa superior do capitalismo*. 3. ed. São Paulo: Global, 1985.

LÊNIN, V. I. *O imperialismo: fase superior do capitalismo*. São Paulo: Centauro Editora, 2003.

LOSCHI, M. Desemprego cai em 16 estados em 2019, mas 20 têm informalidade recorde. *Agência IBGE notícias*, Rio de Janeiro, 2020.

Disponível em:

<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/26913-desemprego-cai-em-16-estados-em-2019-mas-20-tem-informalidade-recorde>. Acesso em: 5 mar. 2024.

MARX, K. *O capital: crítica da economia política: Livro I: o processo de produção do capital*. Tradução: Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

MÁXIMO, W. Brasil salta duas posições e se torna a nona economia do mundo em 2023: FMI calcula em US\$ 2,13 trilhões PIB nominal do país neste ano. *Agência Brasil*, Brasília, 2023. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2023-12/brasil-salta-duas-posicoes-e-se-torna-nona-economia-do-mundo-em-2023>. Acesso em: 7 mar. 2024.

NETTO, J. P.; BRAZ, M. *Economia política: introdução crítica*: 8. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

OXFAM Brasil. Recompensem o trabalho, não a riqueza. *Oxfam*, 2024. Disponível em: <https://www.oxfam.org.br/forum-economico-de-davos/recompensem-o-trabalho-nao-a-riqueza/>. Acesso em: 03 mar. 2024.

REDE PENSSAN – Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional. *2º Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil: Fome avança no Brasil em 2022 e atinge 33,1 milhões de pessoas*. Rio de Janeiro: Rede PENSSAN, 2022. Disponível em: <https://pesquisassan.net.br/2o-inquerito-nacional-sobre-inseguranca-alimentar-no-contexto-da-pandemia-da-covid-19-no-brasil/>. Acesso em: 5 mar. 2024.

SANTOS, M. *Pensando o espaço do homem*. São Paulo: Hucitec, 1997.

SANTOS, M. *Espaço e Método*. São Paulo: Edusp, 2008.

SANTOS, M. *A natureza do espaço*. São Paulo: Edusp, 2012.

SCHLINDWEIN, M. M. *Consumo domiciliar de alimentos*: influência de fatores socioeconômicos e do custo de oportunidade do tempo da mulher. Dourados: UFGD, 2014.